



GT 034. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Edward John Baptista das Neves MacRae (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a,
Regina de Paula Medeiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) - Coordenador/a

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aí conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/ deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lúdicos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

O Tráfico Simbólico e as propostas de regulação não-proibicionistas para a produção, circulação, venda e consumo da Cannabis sativa L.

Autoria: Marcos Alexandre Veríssimo da Silva

O objetivo da presente proposta é retomar a discussão sobre o conceito de tráfico simbólico, que procurei desenvolver em pesquisa de doutorado recentemente publicada sob o título de Maconheiros, Fumons e Growers: um estudo comparativo sobre o consumo e o cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Com base no contexto etnográfico em questão, defini ali tráfico simbólico como um conjunto de práticas e representações culturais, politicamente articuladas ou não, realizadas através de metáforas, paródias, filosofias, apropriações linguísticas imprecisas de idiomas estrangeiros e outros deslizamentos semânticos contidos nas ações e representações envolvendo o uso da planta Cannabis sativa L. (popularmente conhecida no Brasil como maconha) e seus derivados. Uma vez que a regulação de alinhamento proibicionista em relação a drogas no Brasil põe na ilicitude os cultivos, mercados, consumos e sociabilidades da chamada cultura canábica, aqueles que apesar da lei a esta resolvem aderir por motivos diversos, acabam por reinterpretar simbolicamente aquilo que fazem, em arranjos originais que demonstram ao olhar etnográfico, não meramente estratégias reativas ao controle legal, mas principalmente lógicas vivas e atuantes de produção e reprodução da cultura. Aí reside a justificativa desta proposta: contribuir para a atualização dos estudos sobre os processos de reprodução da chamada cultura canábica no Brasil, pondo em foco o caso do Rio de Janeiro. De que maneira o conceito de tráfico simbólico é pertinente para interpretar a descrição que é possível fazer daquilo que se convencionou chamar no contexto carioca de cultura canábica? Desse modo, a metodologia empregada será de caráter etnográfico, a partir da interlocução com empreendedores e ativistas estabelecida por ocasião do work de campo do doutorado (2010-2013), e que depois teve sequência.



Realização:



Apoio:



Organização:

